Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2017



Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	3/5
Demonstrações Contábeis	
Balanços Patrimoniais	6/7
Demonstrações dos Resultados	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 31.12.2017	11/14



ADV-R-008/2018

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da Confederação Brasileira de Wrestling Rio de Janeiro / RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Wrestling, ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Wrestling em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Confederação Brasileira de Wrestling é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o



relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram conduzidas sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações, datado de 12 de maio de 2017.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



J Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

J Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

J Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2018

ADVANCE Auditores Independentes SS CRC/RJ 007.276/O-0 Registro CVM 1266

Nelson Fernando Marques Pfaltzgraff

Nelson Pollowy

Contador CRC/RJ 028.998/O

Registro CNAI 209 Sócio Responsável

CNPJ 04.428.657/0001-05

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Expresso em R\$)

Ativo	Notas	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante		<u>521.218</u>	1.342.663
Caixa e equivalentes de caixa	3	437.779	1.070.663
Contas a receber	4	-	272.000
Adiantamentos a terceiros		75.178	-
Tributos e Contribuições a compensar		8.261	3.555
Não circulante		<u>5.052.842</u>	6.992.338
Realizável a longo prazo			
Outras contas a receber - Cauções	5	-	162.463
Bens de Uso - C/ Restrição, líquido		3.779.236	-
Imobilizado líquido	6	1.273.607	6.829.875
Total do Ativo		<u>5.574.060</u>	<u>8.338.556</u>
Contas de Compensação		<u>87</u>	<u>87</u>

CNPJ 04.428.657/0001-05

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Expresso em R\$)

Passivo e patrimônio social	<u>Notas</u>	<u>2.017</u>	<u>2016</u>
Circulante		1.116.606	6.297.697
Fornecedores		7.600	-
Encargos e tributos a recolher	7	122.228	152.347
Empréstimos a pagar		143.973	77.557
Provisões de férias		130.076	190.527
Contas a pagar - eventos COB	8	318.975	313.049
Contas a pagar - convênios e patrocínios	9	387.219	5.564.217
Obrigações c/ Pessoal		6.535	-
Não circulante		<u>3.779.236</u>	_
Bens de Uso - C/ Restrição, líquido		3.779.236	-
Total do Passivo		4.895.842	<u>6.297.697</u>
Patrimônio Social	10	<u>678.218</u>	2.040.859
Resultados acumulados		1.548.026	1.637.191
Superávit / (déficit) do exercício		(869.808)	403.668
Total do Passivo e Patrimônio Social		<u>5.574.060</u>	<u>8.338.556</u>
Contas de Compensação		<u>87</u>	<u>87</u>

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE WRESTLING CNPJ 04.428.657/0001-05

Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Expresso em R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita Operacional	5.090.387	5.568.242
Receita de Eventos - Lei Piva	3.062.713	3.073.744
Receita de Convênios – CEF/Sudesb	1.620.927	2.494.498
Receita de Convênios – Projeto Desafio	406.747	4.030.182
(-) Despesas Operacionais	5.090.387	4.486.896
Despesas Lei Piva	3.062.713	3.073.744
Despesas de Convênios - CEF	1.383.631	1.413.152
Despesas de Convênios - Sudesb	237.296	-
Despesas de Convênios - Projeto Desafio	406.747	-
Resultado Operacional Líquido	Ξ	1.081.346
Receita Não Operacional	<u>399.814</u>	4.079.559
Outras Receitas	399.814	569
Receita Financeira	-	48.808
(-) Despesa Não Operacional	1.269.622	4.757.236
Despesa c/ Pessoal	21.211	945.205
Despesa Administrativa	1.233.656	3.709.441
Despesa Financeira	14.755	102.590
Resultado Não Operacional Líquido	(869.808)	(677.677)
Superávit / (Déficit) do Exercício	(869.808)	403.669

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE WRESTLING CNPJ 04.428.657/0001-05

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Expresso em R\$)

<u>Histórico</u>	Resultados Acumulados	Resultado do Exercício	<u>Total</u>
Saldos em 31/12/2015	1.905.943	(51.352)	1.854.591
Incorporação ao Res. Acumulado Ajuste exercício anterior	(51.352) (217.400)	51.352	(217.400)
Resultado do exercício Saldos em 31/12/2016	<u>1.637.191</u>	403.668 403.668	403.668 2.040.859
Incorporação ao Res. Acumulado Ajuste exercício anterior Resultado do exercício	403.668 (492.833)	(403.668)	(492.833) (869.808)
Saldos em 31/12/2016	<u>1.548.026</u>	(869.808) (869.808)	(869.808) <u>678.218</u>

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE WRESTLING CNPJ 04.428.657/0001-05

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercício Findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Expresso em R\$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais Superávit / (Déficit) do exercício	31/12/2017 (869.808)	31/12/2016 403.668
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades Geradas pelas atividades operacionais itens que não afetam o caixa		
Depreciação líquida do exercício	674.136	707.227
Ajuste na depreciação do exercício	-	(277.227)
Ajuste em resultados acumulados	(492.833)	(217.400)
Transferências de Ativo P/ Bens de Uso C/ Restrição - MP	5.236.349	-
Superávit Operacional Bruto antes das Mudanças no Capital de		
Giro	<u>4.547.844</u>	<u>616.268</u>
Variações no ativo (Aumento) Redução:	(3.424.657)	4.037.615
em Contas a Receber	272.000	3.952.354
em Adiantamentos Terceiros	(75.178)	-
em Outros Ativos circulante e não circulante	157.757	85.261
em Bens de Uso C/ Restrição - MP	(3.779.236)	-
Variações no passivo (Aumento) Redução:	(1.401.855)	(5.886.813)
em Fornecedores a Pagar	7.600	(6.670)
em Impostos e Contribuições Sociais a Recolher	(30.119)	1.206
em Outros Passivos circulante e não circulante	(5.098.121)	(5.915.827)
em Provisões Trabalhistas	(60.451)	34.478
em Bens de Uso C/ Restrição - MP	3.779.236	-
Caixa Líquido Provenientes das Atividades Operacionais	(278.669)	(1.232.930)
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimentos	(354.215)	(1.041.083)
Aquisições de ativo imobilizado	(354.215)	(1.087.247)
Baixas de ativo imobilizado	-	46.164
(Redução) Aumento Disponibilidades	(632.884)	(2.274.013)
Caixa e equivalentes de caixa no Início do Período	1.070.663	3.344.676
Caixa e equivalentes de caixa no fim do Período	437.779	1.070.663
(Redução) Aumento Disponibilidades	(632.884)	(2.274.013)

CNPJ 04.428.657/0001-05

Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Contábeis de 31.12.2017 (Expressa em R\$)

1. Contexto Operacional

A Confederação Brasileira de Wrestling designada pela sigla CBW, filiada à Federal Internacional de Lutas Associadas, designada pela sigla UWW, e ao Comitê Olímpico Brasileiro, designado pela sigla COB, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo, fundada na cidade do Rio de Janeiro, aos 18 dias do mês de Abril de 2000 e constituída pelas Entidades filiadas de Administração do Desporto – Luta Olímpica, todas com direitos iguais que, no território brasileiro, dirijam ou venham a dirigir de fato a Luta Olímpica.

A CBW tem por finalidade, administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo país a prática da Luta Olímpica em todos os níveis, inclusive a Luta Olímpica praticada por portadores de deficiências, quando a Federação Internacional permitir.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

2.1. Ativos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2. Imposto de renda e contribuição social

A Confederação é classificada como entidade sem fins lucrativos e não está sujeito ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit apurado em função de gozar de imunidade tributária.

2.3. Contas pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como

passivo não circulante.

2.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Confederação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.5. Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

2.6. Apuração do superávit / (déficit)

O superávit (déficit) é apurado pelo regime de competência. Seu modelo segue as práticas contábeis para instituições com fins não econômicos, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em seu manual de procedimentos contábeis para Entidades do Terceiro Setor - ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

Os superávits ou déficits apurados no exercício são transferidos para a conta de superávit / (déficit) acumulado no patrimônio social.

2.7. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.8. Demonstração do fluxo de caixa

O método de apresentação da DFC é o Método Indireto. Foi elaborado para o período de 2017 comparado ao exercício de 2016 com a finalidade de melhor informação.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Conto	<u>Circulante</u>		
<u>Conta</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	
Caixa	58	8	
Bancos c/movimento	424.497	323.275	
Aplicações financeiras	13.223	747.380	
Totais	<u>437.779</u>	<u>1.070.663</u>	

4. Contas a receber

Corresponde ao contrato de Patrocínio com a Caixa Econômica Federal.

<u>Grupos</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante	-	272.000
Total	<u>=</u>	<u>272.000</u>

5. Outras contas a Receber

Valor referente ao saldo da caução, de seis meses de aluguel, em substituição a apresentação de fiador. Valor corrigido pelo índice da poupança. Em 2017 foi transferido para a conta Adiantamento de Terceiros o valor de R\$ 42.000,00 a receber de Alberto Fabrizio.

Contas	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caução - Locação do Centro de Treinamento	-	136.605
Caução - Locação Apto. Técnico	-	5.420
Caução - Locação Casa ATL	-	12.182
Caução - Locação Ivan	-	8.256
<u>Totais</u>	<u>=</u>	<u>162.463</u>

6. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido pela depreciação dos bens, que é calculada pelo método linear às taxas anuais e que consideram a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A composição do Imobilizado é a seguinte:

<u>Contas</u>	<u>Custo</u> 31.12.2017	Depreciação Acumulada 31.12.2017	<u>Valor</u> <u>Residual</u> 31.12.2017	<u>Valor</u> <u>Residual</u> 31.12.2016	Aquisições 2017	Transferências 2017	<u>Taxas</u>
Móveis &							10%
Utensílios	501.852	(103.872)	397.980	444.791	3.626		1070
Computadores							20%
e Periféricos	68.182	(59.972)	8.209	14.227	11.908		2070
Instalações	38.459	(17.730)	20.729	24.404	1.700		10%
Equipamentos							20%
Esportivos	3.807.611	(2.962.386)	845.226	6.344.706	336.981	(5.236.349)	20%
Máquinas e							10%
Equipamentos	2.829	(1.365)	1.464	1.746			1070
<u>Totais</u>	4.418.933	(3.145.326)	<u>1.273.607</u>	<u>6.829.875</u>	<u>354.215</u>	<u>(5.236.349)</u>	

7. Encargos e Tributos a recolher

Referem-se substancialmente a encargos e contribuições a recolher com os valores refletidos até a data do balanço.

<u>Contas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Encargos a recolher		
INSS a recolher	33.990	74.933
FGTS a recolher	8.158	12.518
IRRF a recolher s/ folha	21.570	7.038
PIS s/folha	1.020	1.565
IRRF – Autônomos	48	-
INSS - Cód. 2631	5.353	4.427
Total	<u>70.140</u>	<u>100.480</u>

Encargos e Tributos a recolher	122.228	<u>152.347</u>
Total	<u>52.089</u>	<u>51.867</u>
ISS	11.953	2.453
IRF s/ aluguel	111	10.750
Retenção - (4,65%)	29.880	29.043
IRF - Cód. 1708	10.146	9.622
Tributos a recolher		
Tributos a recolher		

8. Contas Correntes – Eventos COB

Refere-se aos saldos dos valores recebidos dos convênios com o COB em 2012, ainda não utilizados/devolvidos.

9. Contas a pagar – Convênios / Patrocínios

Compõem-se de Convênios (SICONV) e Patrocínio Caixa Econômica Federal (CEF).

<u>Grupos</u>	Siconv	<u>Total</u> 2017	<u>CEF</u>	Siconv	<u>Total</u> 2016
Passivo Circulante	387.219	387.219	272.000	5.292.217	5.654.217
<u>Total</u>	<u>387.219</u>	<u>387.219</u>	272.000	5.292.217	5.564.217

10 Patrimônio social

O Patrimônio social da Confederação é constituido com os resultados acumulados nos períodos, acrescido ou reduzido pelo resultado apurado com os valores inerente às atividades da Confederação ao término do exercício social.

11. Eventos subsequentes

Até a aprovação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, não ocorreram eventos subsequentes significativos que pudessem impactar a nossa opinião de Auditoria.
